

**CAMPANHA DA EAPN PARA UM RENDIMENTO MÍNIMO ADEQUADO
“RENDIMENTO MÍNIMO ADEQUADO.
TODA A GENTE TEM DIREITO A UMA VIDA DIGNA”.**

RENDIMENTO MÍNIMO – MITOS E REALIDADES

Dezembro de 2007

No âmbito da campanha da Rede Europeia Anti-Pobreza em favor de um Rendimento Mínimo, a EAPN solicitou a John Veit-Wilson que apresentasse algumas sugestões para responder aos argumentos comumente utilizados contra a ideia de um rendimento mínimo adequado para um nível de vida decente e digno para todos. John Veit-Wilson é internacionalmente reconhecido pelo seu trabalho neste domínio desde há muitos anos.

Se quer pôr em prática a sua campanha, pode utilizar estes argumentos. Esperamos que estes últimos promovam a discussão tanto dentro da EAPN como fora dela.



O professor John Veit-Wilson é sociólogo na Universidade de Newcastle em Tyne, especialista em política social na área da pobreza e da exclusão social. Académico, consagrou-se em 1965 como um dos membros fundadores do *Child Poverty Action Group* no Reino Unido e tem estado envolvido em campanhas e investigações sobre o significado e a concretização de esquemas de rendimento adequado e sobre o Direito Humano à segurança social para todos. O seu livro *Setting Adequacy Standards: how governments define minimum incomes* e outras publicações podem ser acedidos na sua página de internet: <http://www.staff.ncl.ac.uk/j.veit-wilson/>

Introdução

Os sistemas do Rendimento Mínimo constituem esquemas de assistência social de último recurso. Muitas são as declarações, convenções, tratados europeus e internacionais que estabeleceram o direito humano a um rendimento que respeite a dignidade humana dos cidadãos e que lhes permita a inclusão na sociedade em que vivem. Na Europa, todas as pessoas têm o direito a um rendimento mínimo de acordo com os padrões mencionados nas declarações que se seguem:

Nações Unidas: Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948; reconfirmada na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos em 1993 e na Convenção Internacional de 1996 sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais – Artigo 25. Toda a gente tem direito a um nível de vida adequado para preservar a sua saúde, o seu bem-estar e o da sua família, incluindo alimentação, roupa, habitação e cuidados médicos...

Recomendação do Conselho Europeu de 24 de Junho de 1992 sobre os critérios comuns relativos a recursos e a prestações sociais suficientes nos sistemas de protecção social (também conhecida por Recomendações sobre o Rendimento Mínimo); 92/441/EEC – (2) considerando que o respeito pela dignidade humana faz parte dos direitos fundamentais que estão na base do Direito Comunitário conforme reconhecido no preâmbulo do Acto Único Europeu, (6) ... deve ser reconhecido aos mais desfavorecidos o direito a recursos suficientes, estáveis e fiáveis... 1. Recomenda aos Estados Membros: A. que reconheçam, no contexto de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental do indivíduo a recursos e prestações sociais suficientes para viver conforme a dignidade humana... B. segundo os princípios gerais que se seguem: 3. deve ser concedido tal direito a toda a pessoa que, individualmente ou no seio do agregado familiar a que pertence, não tem acesso a recursos suficientes...

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigo II-94(3). Para combater a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito à assistência social e à habitação de modo a assegurar uma vida decente para os que não têm recursos suficientes, de acordo com as regras estabelecidas pelo direito comunitário, a legislação e práticas nacionais.

Este documento fornece exemplos de algumas das questões e argumentos colocados pelas pessoas que temem que o rendimento mínimo adequado enfraqueça o incentivo ao trabalho e que o pagamento de salários adequados seja mau para as empresas e prejudicial para a economia nacional. Às objecções opõe-se respostas do senso comum, baseadas em fontes nacionais e internacionais credíveis. Estas últimas demonstram que o rendimento mínimo adequado é praticável sem consequências prejudiciais e que a implementação do direito a um

rendimento decente poderá contribuir para a redução dos enormes custos que a pobreza impõe, não só às pessoas que sofrem com ela mas à sociedade em geral.

1. O aumento do Rendimento Mínimo poderá dissuadir o incentivo ao trabalho ao reduzir o fosso entre as prestações sociais e os salários mínimos, promovendo a indolência e o aumento do desemprego.

A ideia de que as pessoas escolhem entre o emprego e as prestações sociais com base num cálculo restrito é simplesmente uma teoria económica não sustentada por qualquer prova. Contrariamente, tudo indica que a maioria das pessoas que podem trabalhar o querem fazer de facto, e que tentam encontrar um emprego cujo salário é suficiente para se manterem, a si e à suas família, fora da pobreza. Há vários tipos de trabalhos que a sociedade necessita para poder funcionar convenientemente, mas muitos deles não são remunerados, nomeadamente a guarda de crianças e/ou de outros dependentes. Muitas são as pessoas que não conseguem entrar no mercado de trabalho remunerado por terem muita ou pouca idade, responsabilidades familiares ou deficiência, mas que também precisam de um rendimento mínimo adequado.

Um governo que ambiciona a inclusão social de todos deve assegurar que o rendimento individual e familiar, proveniente ou não de um emprego, é adequado para garantir uma vida decente a todos os que dele dependem, e suficiente para que toda a gente se integre e seja respeitada. Quando a sociedade não oferece um rendimento mínimo adequado e permite que as pessoas vivam na pobreza, não prejudica somente estas últimas e os seus filhos (e outros dependentes, no caso de os haver) mas gera também custos de longa duração para a sociedade e para a economia em geral (problemas de saúde e perda de capacidade de trabalho). Na realidade, a pobreza e os seus efeitos tornam-se um obstáculo dificultando a procura e a manutenção de um emprego. Contrariamente, os níveis apropriados do Rendimento Mínimo têm efeitos positivos porque proporcionam segurança às as pessoas, permitindo que ultrapassem estes obstáculos.

2. O aumento do Rendimento Mínimo poderá acentuar as fraudes relativas às prestações sociais e fazer com que o sistema se torne incontrolável.

A maioria dos pagamentos indevidos efectuados pela assistência social resulta de erros e não de fraudes (conforme provado pelo *UK National Audit Office*). Muitos destes erros são cometidos pelos próprios funcionários porque os sistemas são tão complicados que nem eles consegue efectuar correctamente o pagamento dos subsídios. Assim, frequentemente, os beneficiários obtêm menos (não mais) que aquilo a que têm direito. Devido às burocracias administrativas, à falta de informações e conselhos disponíveis mas também por causa da estigmatização dos subsídios destinados apenas às pessoas mais desfavorecidas, muitos subsídios não foram reclamados porque os beneficiários ignoram os seus direitos ou, então, são desencorajados a reclamar o que lhes é devido. Muitas vezes, os requerentes não sabem

que informações devem fornecer aquando do requerimento pelo que muitos dos erros são cometidos inadvertidamente e não por desonestidade.

Se existe uma razão que incentiva ao requerimento injustificado de uma prestação social prende-se com o facto dos requerentes possuírem pouco dinheiro para viver condignamente. Muitos sistemas de assistência social existentes são tão pouco financiados a nível administrativo que, actualmente, não são geridos segundo os seus próprios objectivos. O aumento do nível dos subsídios, a simplificação dos processos de requerimento e uma maior eficiência dos funcionários, tornariam os sistemas mais eficazes no alcance dos seus objectivos e mais eficientes no uso dos seus recursos.

3. Se o nível do Rendimento Mínimo for aumentado, os trabalhadores exigirão também um aumento dos salários mais baixos que as empresas não poderão assegurar. Para sermos competitivos, devemos adaptar e reduzir o Estado-Providência.

Uma vez mais, este argumento baseia-se numa teoria económica exageradamente simplificada. Provou-se que os níveis mais elevados dos salários mínimos são, nos Estados Membros da UE, compatíveis com um crescimento elevado e economias estáveis, e com os níveis mais baixos de desigualdade e Estados-Providência melhores. Os trabalhadores deveriam receber sempre salários decentes, sobretudo porque existe um direito humano segundo o qual os salários devem ser adequados, mas também porque quando existe emprego remunerado para aqueles que estão capacitados para o aceitar, o princípio de justiça social exige que os salários para a participação no mercado de trabalho nunca sejam inferiores aos níveis considerados adequados de modo a que os empregados e os seus dependentes vivam em dignidade.

Porque deveriam esses trabalhadores, com rendimentos mais baixos, assumir a responsabilidade de manter a economia nacional estável para o benefício de toda a sociedade? Se o aumento das remunerações a um nível adequado tem consequências económicas, os custos de um trabalho que beneficia a sociedade deveriam ser assumidos por aqueles que possuem mais recursos para os suportar, não por aqueles que ganham menos. Se as empresas não conseguem realmente facultar salários mais adequados aos que ganham menos, é justo que os que ganham mais contribuam (através das impostos sobre o rendimentos e lucros) para os recursos do Estado-Providência de modo a que os governos possam ajudar as crianças e as mulheres, garantam um ensino gratuito, serviços de saúde e outros benefícios, para que haja um aumento do nível de vida dos agregados familiares com os rendimentos mais baixos acima do nível de inclusão social.

4. O aumento do salário mínimo não é praticável num mundo globalizado onde a nossa economia concorre com a de países onde há trabalhadores que recebem apenas alguns euros por mês. O aumento do valor do salário mínimo poderá provocar o declínio económico e a deslocalização das empresas.

O que na Ásia pode ser considerado um bom salário, na Europa é um salário baixo. Esta comparação é errónea já que os trabalhadores europeus vivem aqui e não na Ásia. Grande parte dos empregos com as remunerações mais baixas na Europa não pode ser transferida para outros países porque correspondem a empregos nas áreas da agricultura, produção alimentar e dos serviços. Aqueles que usufruem dos bens e dos serviços devem pagar o preço devido, o que inclui salários adequados e boas condições de trabalho.

A questão da competitividade económica é complicada. Não se trata simplesmente de comparar os níveis salariais em termos monetários. Muitas das comparações feitas pelas empresas não são baseadas nos custos de salários adequados e a produção nos diferentes países mas, sim com base em cálculos complexos e fictícios dos preços a que transaccionam bens e serviços. Estes cálculos são efectuados com o intuito de inflacionar os salários nos países produtores (por exemplo, os salários para a produção agrícola) e de reduzir o nível de tributação das empresas que comercializam os produtos de forma a aumentar os lucros. A fixação artificial de preços não pode justificar o facto dos salários serem altos na Europa. Numa economia globalizada, os padrões devem ser elevados e não baixados. Em matéria de salários adequados e de boas condições de trabalho, os padrões europeus devem ser tomados como um exemplo de boa prática a seguir.

5. Aumentar o Rendimento Mínimo para um nível adequado a vida decente é uma utopia. A realidade é que os governos da UE não podem suportar esses custos porque os orçamentos públicos estão já em desequilíbrio e vulneráveis devido às futuras exigências do sistema de pensões.

Nada prova que os governos não podem suportar um nível adequado de rendimento mínimo, já que eles prevêm no seu orçamento o aumento dos impostos para os que têm rendimentos mais altos e para as empresas que têm lucro. Os governos têm o dever de garantir que toda os cidadãos possuem os recursos necessários para a sua integração na sociedade, concordem os mais ricos com isto ou não. A questão é: os governos defendem os interesses de quem quando elaboram o seu orçamento – os de toda a população ou apenas os dos mais ricos? Dados internacionais mostram que não são os custos sociais que desequilibram os orçamentos e que os custos dos sistemas de pensões, que beneficiam sobretudo a população que vive melhor, não deveriam ser usados como desculpa para manter os trabalhadores pior remunerados em situação de pobreza.

6. As crianças deveriam crescer num ambiente de trabalho. Que exemplo lhes darão os pais que vivem confortavelmente as suas vidas, sem fazerem qualquer esforço para contribuir para a sociedade?

De facto, as crianças deveriam receber o bom exemplo dos adultos que trabalham, porém, tal não passa apenas por um emprego remunerado. A sociedade deve também ter em consideração e valorizar o trabalho não remunerado dos que tomam conta de crianças – a próxima geração de trabalhadores – e dos que já não podem trabalhar. O melhor exemplo que as crianças podem ter é ver que todos contribuem para a sociedade de acordo com as suas capacidades. No entanto, isto é muito difícil numa sociedade incapaz de garantir um emprego adequadamente remunerado a cada adulto que o deseja e que valoriza aqueles que através de uma herança ou do jogo ganham dinheiro suficiente para não precisarem de trabalhar mais. Que tipo de exemplo dão as sociedades ocidentais modernas que idolatram as celebridades e os ricos que se contentam a sua riqueza e o seu conforto sem darem qualquer contribuição – fruto do seu trabalho – à sociedade, como têm de o fazer os pais das crianças pobres, e sem pagar a justa parte dos impostos que lhes é devida? Enquanto tolerarmos este tipo de sociedade, não devemos punir as crianças condenando-as à pobreza só porque os seus pais não tiveram a oportunidade de um emprego estável e adequadamente remunerado, que é um dos direitos fundamentais.

7. O aumento do Rendimento Mínimo pago sem tempo limite encorajaria a subsídio dependência dos mais desfavorecidos. Os beneficiários perderiam a sua capacidade de gerir os seus próprios recursos e não se aventurariam a ganhar a vida, preferindo depender dos subsídios públicos.

Nada prova que prestações sociais adequadas promovem a dependência ou a incompetência. A melhor forma para testar a vontade que uma pessoa tem de trabalhar é oferecer-lhe um emprego estável e adequadamente remunerado. Limitar o pagamento das prestações sociais, como nos EUA, aumenta consideravelmente a pobreza das famílias com crianças, pois as necessidades destas persistem durante mais tempo que os limitados períodos de pagamento dos subsídios sociais. Os governos que querem integrar pessoas no mercado de trabalho devem assegurar-se que há uma oferta suficiente de empregos estáveis e adequadamente pagos segundo os níveis de competência dos requerentes, com qualidade formativa e estruturas próprias de acolhimento de crianças para os que delas necessitam. É cruel punir os desempregados, as suas famílias e crianças retirando-lhes os subsídios quando não lhes oferecem empregos adequadamente remunerados.

Nós dependemos todos uns dos outros; a interdependência é a base de toda a vida social, independentemente do local ou tempo. As pessoas mais abastadas e ricas dependem dos trabalhadores de baixos salários porque estes executam o “trabalho sujo” que as primeiras não querem fazer. É uma ignorância dizer que apenas os beneficiários de prestações sociais são “dependentes” quando toda a gente que depende de um rendimento pago através dos impostos é igualmente, ou ainda mais, dependente daqueles que pagam os impostos. Em alguns países da UE, os trabalhadores com os rendimentos mais baixos pagam,

proporcionalmente aos seus rendimentos, mais impostos directos e indirectos que aqueles que têm os rendimentos mais elevados. Deste modo, os que vivem de forma mais abastada são dependentes dos impostos pagos pelos mais pobres para terem uma vida confortável.

8. O aumento dos níveis do Rendimento Mínimo destruirá o que resta da responsabilidade familiar e da solidariedade comunitária incentivando, também, o desenvolvimento de uma sociedade individualista.

Nada prova que, independentemente do local ou do tempo, os rendimentos adequados dos agregados familiares possam enfraquecer a responsabilidade ou solidariedade familiar e comunitária ou até promover uma sociedade individualista. Se esta ideia fosse verdadeira, então todas as sociedades ocidentais industriais, onde a maioria da população já usufrui de rendimentos adequados, já teriam entrado em colapso há muito tempo. A própria afirmação assenta numa filosofia do individualismo, receosa de uma sociedade inclusiva onde a própria solidariedade comunitária garante que nenhuma família está privada dos recursos de que necessita para a sua plena integração.

9. É humilhante conceder um Rendimento Mínimo mais elevado às pessoas: tal sugere uma falta de confiança nas capacidades do beneficiário em assumir as suas responsabilidades e em agir de forma autónoma. Em qualquer caso, a pobreza não é apenas monetária e um rendimento adequado não resolve o problema da pobreza, apenas a esconde.

Ninguém poderá assumir as responsabilidades que tem na vida se não possuir os recursos necessários para agir de modo livre e autónomo. Ser pobre significa não ter os recursos necessários para se integrar activamente na sua sociedade e para ser respeitado. Nas sociedades modernas consumistas e de marketing, o dinheiro é o recurso fundamental do qual toda a gente necessita para ser autónomo e aceite em todos os aspectos “importantes” da vida. É profundamente humilhante para as pessoas em situação de pobreza terem que ouvir “lições de moral” acerca do seu modo de vida por parte das pessoas que têm recursos suficientes e que não entendem o problema. Quando todas as pessoas tiverem dinheiro suficiente para não serem pobres, o problema da pobreza não será escondido, mas erradicado. Os outros problemas próprios do ser humano, que qualquer um de nós pode ter que enfrentar, persistirão mesmo quando a pobreza for erradicada, mas necessitarão de outras soluções.

10. Ninguém gasta o que ganhou com o seu suor da mesma maneira que gasta dinheiro que lhes é dado. As pessoas que vivem de subsídios, normalmente gastam o seu dinheiro de forma irracional, como por exemplo, dando presentes caros aos seus filhos. Os subsídios sociais mais elevados poderão não ser usados de forma proveitosa.

Numa sociedade moderna democrática consumista e de marketing, “a liberdade para gastar dinheiro é uma liberdade primordial” (William Beveridge, 1942). Ninguém, rico ou pobre, gosta que lhe digam como deve gastar o seu dinheiro. Todos os pais querem dar o melhor aos seus filhos, mesmo que para isso tenham que sacrificar o seu próprio conforto, oferecendo-lhes presentes do mesmo género daqueles que os filhos das pessoas mais abastadas recebem. O que é lógico para um indivíduo pode não ser para outro. Porém, as pessoas que têm dinheiro suficiente para comprar tantos bens indispensáveis como supérfluos, nunca devem criticar aqueles que não têm tanta disponibilidade financeira e que escolhem dar alguma alegria aos filhos tendo, portanto, outras prioridades relativamente a gastos. É tão verdade hoje como era em 1923, altura em que o pioneiro na investigação sobre a pobreza Benjamin Seebohm Rowntree escreveu que aqueles que criticam os pobres por gastar de forma “irracional” o seu dinheiro “não gostariam de ver a sua própria família condenada ao regime de ferro e de poupança que recomendam para os outros”.